

ANC X

Acordo esvazia polêmica e lei regulará imissão

A liderança

Há lideranças reais, outras simplesmente aparentes. O Governador de São Paulo sabe exercer a primeira. É o que temos sentido nos encontros de Governadores, mesmo naqueles de caráter informal e caracterizados por ausências expressivas, como as dos Governadores de Minas e do Paraná.

A LIDERANÇA real se mostra na firmeza de posição sobre a questão em causa, a do mandato presidencial; e não em ênfases postas sobre o óbvio: o acatamento devido ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Surpreendente seria se Governadores se reunissem para negar a soberania final do plenário. Ou para confundir posições como consequência dos encontros informais, desgastantes, passando eles a mensagem de que alguma coisa mais terá sido resolvida em conjunto, além da verificação natural do citado acatamento.

IMPORTANTE mesmo nesse encontro do Rio, que não objetivou repercussão político-jornalística, foi a reiteração da clareza paulista no compasso da sabedoria mineira.

O GOVERNADOR Orestes Queríca, falando como chefe político desse grande Estado da Federação, defendeu a eleição presidencial

em 1989 pela razão maior, e não simples alegação reportada, de que, no ano que vem, o País tem de ter condições para votar as leis complementares à nova Constituição. É esse o significado de sua preocupação de preparar o Brasil pós-constitucional.

“A MINHA posição é de que o ideal para o País é o presidencialismo, o mandato de cinco anos e, efetivamente, acredito que devemos ter o presidencialismo aprovado ao final e de maneira definitiva.”

REPETIMOS: clareza virtude de verdadeira liderança a respeitar e a repercutir final e definitivamente no voto constituinte.

O PAÍS não suportaria nem o parlamentarismo, nem eleições presidencialistas tumultuando a organização pós-constitucional indispensável, a exigir leis complementares e ordinárias. O presidencialismo com cinco anos de mandato respeita a evolução natural, regra de ouro em política, sem saltos e improvisações.

MINAS pediu tranquilidade e paz, agora, no fim da transição; São Paulo reclama ordem e trabalho pós-constitucional. Assim se defende a transição, sem provocar questão de unidade partidária.

Negociação prévia facilita a votação da reforma agrária

BRASÍLIA — Um amplo acordo envolvendo praticamente todas as forças políticas da Constituinte desmanchou, na noite de ontem, todas as expectativas de que a votação da reforma agrária transformaria a Comissão de Sistematização num verdadeiro campo de batalha entre “progressistas” e “moderados”.

Cpitaneado pelo Senador José Richa (PMDB-PR) o acordo só não incluiu os petistas e acabou tendo resultados inesperados: ao final da votação — já ausentes das galerias os dirigentes da UDR, inclusive o seu Presidente, Ronaldo Caiado, que se retiraram contrariados logo após a rejeição da emenda do Deputado Guilherme Afif (PL-SP) — deputados de posturas tão opostas quanto Afif e Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), congratularam-se, enquanto o “progressista” Sigmarino Seixas (PMDB-DF) criticava a opção do colega José Genoino (PT-DF), seu aliado em outras circunstâncias.

Não há razão para que esse entendimento seja modificado ao longo da Constituinte. É indesejável reabrir um assunto tão polêmico como este em plenário — disse o Senador José Richa, satisfeito com a composição. Segundo ele, o texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral — era muito controvértido e determinava a imissão de posse de forma arbitrária e truculenta”.

O acordo — que permitiu a aprovação da emenda do Deputado Jovanni Masini (PMDB-PR) deixando à lei complementar o estabelecimento do procedimento contraditório de rito sumário para os processos de desapropriação — começou a ser negociado no início da tarde, e só foi concluído quando o encaminhamento da votação já tinha começado.

Reunidos a um canto do plenário, de posse da promessa de voto do

PMDB oferecida por Richa à emenda Masini, o Presidente da Contag Francisco José da Silva e vários Deputados “progressistas”, entre eles Roberto Freire (PCB-PE), Aldo Arantes (PC do B-GO), e Brandão Monteiro (PDT-RJ), chegaram à conclusão de que não valeria à pena recusar a proposta sem ter segurança de que o texto do Relator — que considerava o ideal — poderia ser mantido.

— Se aprovarmos a Masini, estarei prejudicada a emenda Eymael — lembrou Brandão Monteiro, referindo-se à preocupação maior das “esquerdas”, no sentido de evitar a fixação de um prazo de 60 dias ou 90 dias para a decisão judicial sobre uma desapropriação. “Colocar no projeto de Constituição um texto atrasado de reforma agrária será um desastre” insistiu Brandão.

Embora sem tumulto, o plenário da Câmara foi palco de intensa atividade lobista ao longo de toda a votação dos dispositivos referentes à reforma agrária. Líderes das partes interessadas e assessores como Fábio Loiola, da UDR, circularam pelo plenário levando o Presidente da Mesa, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) a fazer um apelo pela saída dos que não fossem devidamente credenciados.

Em meio a muitas conversas de última hora, também foi possível um acordo para aprovação da emenda do Deputado Jorge Hage (PMDB-BA), prevendo a função social da propriedade rural. A emenda, que inicialmente seria rejeitada pelos “moderados” foi modificada, com a ajuda da esquerda, deixando de prever a limitação de terras através de lei complementar. Seu autor mostrou-se satisfeito com o resultado:

— Se a minha emenda fosse rejeitada, poderia passar a do Deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG).

Presidente da OAB diz que conservadores tentam desestabilizar Assembleia

BRASÍLIA — O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Thomaz Bastos, disse ontem que setores mais conservadores e comprometidos com o regime autoritário de 1964 estão tentando desestabilizar a Constituinte.

Qualquer tipo de jogo para mudar as regras não será admitido — advertiu.

Para ele, o discurso de entidades como UDR e União Brasileira de Empresários “parece perigosamente com o discurso golpista”. E afirmou:

— A linha da democracia passa por uma nova Constituição, um tribunal constitucional e eleição direta para Presidente da República, o que representa um freio aos setores conservadores.

BRASÍLIA — A imissão na posse da terra desapropriada será regulamentada pela legislação ordinária. Um grande acordo de todos os partidos, com exceção do PT, permitiu a votação ontem de um dos temas mais polêmicos da Constituinte. Por 86 votos a sete, a Comissão de Sistematização aprovou a emenda do Deputado Jovanni Masini (PMDB-PR) que possibilitou o acordo.

A emenda Masini substitui os três parágrafos do artigo 212, do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, sobre os procedimentos a serem adotados na ação desapropriatória. Pelo texto alterado, o proprietário poderia recorrer da ação da União, que teria o prazo de 90 dias para decidir sobre o recurso. Se não o fizesse dentro deste prazo, a imissão na posse do imóvel se daria automaticamente. A redação modificada previa ainda o pagamento do imóvel em moeda corrente, caso a Justiça reconhecesse que a propriedade cumpria função social.

A emenda Masini anula todos os procedimentos ao prever o seguinte parágrafo único: “Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação”. Foi mantido o caput do artigo, que afirma: “A declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação”.

A aprovação da emenda foi festejada com palmas pelo plenário da Comissão. Os sete votos contrários foram dos Deputados Ademir Andrade (PA), João Herrmann (SP), Oswaldo Lima Filho (PE) e Paulo Ramos (RJ), do PMDB; Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, e Gilson Machado (PE), do PFL. O Deputado Nelson Friederich (PMDB-PR) votou a favor, com declaração em separado.

Ao encaminhar a emenda, o autor, Jovanni Masini, afirmou estar representando, com sua proposta, o consenso em torno de um dos temas mais contraditórios votados até agora. Ressaltou o avanço que o acordo interpartidário representa e a esperança de que o plenário da Constituinte reviva momentos como aquele. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire, também encaminhou a favor e disse que só o fato de sair do texto constitucional a previsão de pagamento em moeda corrente para o proprietário do imóvel em questão já consistia em avanço extremamente importante para aqueles que querem ver a reforma agrária implantada, de fato, no País.

Não se trata de discutir aqui se esta é a melhor fórmula. Mas reconhecer que, em termos de acordo, foi um grande avanço — afirmou.

O Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) foi à tribuna comunicar a decisão do seu partido de não participar do acordo. Segundo ele, o que estava previsto no substitutivo de Cabral era o máximo de concessão que o partido poderia admitir nesta questão. Para o PT, a emenda Masini anula o tímido avanço que representava para a reforma agrária a proposta de Cabral.

Ao comunicar o voto favorável à emenda da Relatoria, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) agradeceu aos constituintes que colaboraram para que o acordo fosse possível. Citou como os principais articuladores do movimento os Senadores José Richa (PMDB-PR) e Severo Gomes (PMDB-SP) e os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Jovanni Masini (PMDB-PR), Antônio Brito (PMDB-RS), Euclides Scalco (PMDB-PR), Nelson Jobim (PMDB-RS) e Roberto Freire (PCB-PE).

Encerrada a votação, o Vice-Presidente da Mesa, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), parabenizou o plenário e afirmou que o acordo é uma demonstração de que é possível o consenso em torno de matérias controvertidas, garantindo avanços para a sociedade.

A reforma agrária, a partir dessa decisão, tem condições de sair dos discursos demagógicos para se tornar um fato concreto no País.



Fernando Henrique e José Richa: a tradicional conversa ao pé do ouvido

Mobilização será a arma de Caiado

BRASÍLIA — Nervoso com a decisão da Comissão de Sistematização de rejeitar a Emenda Sandra Cavalcanti, que assegurava o direito de propriedade do imóvel rural, o Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ofegante, fez um autodesafio: “promover a maior mobilização popular que este País já viu” contra a decisão de vincular o direito de propriedade à sua função social, de acordo com a Emenda Jorge Hage, aprovada pela Comissão.

— Não adianta nada o trabalhador rural ficar trabalhando em sua terra para esses homens aqui virarem a direito de propriedade — disse, gesticulando muito. — Ele precisa vir para cá para se manifestar.

A UDR vai consultar seus advogados e, nos próximos dias, divulgar sua posição oficial sobre as matérias aprovadas pela Comissão de Sistematização referente à reforma agrária. Na primeira análise, o direito de propriedade ficou comprometido.